

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 13-8-2020.

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Paulo Brum, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, Moisés Barboza, Karen Santos, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Ramiro Rosário e Reginaldo Pujol. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 097/20 (Processo nº 0250/20), de autoria de Cassio Trogildo. Também, foi apregoado requerimento de autoria de João Carlos Nedel, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia treze ao dia dezessete de agosto do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Moisés Barboza, informando-o que integraria a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, na presente sessão destinado ao tema específico “situação das escolas particulares de educação infantil em Porto Alegre e os impactos da pandemia no setor”. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Valter Nagelstein. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Carina Becker Köche, Presidente do Sindicato Intermunicipal dos Estabelecimentos de Educação Infantil do Estado do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Cláudia Araújo, Paulinho Motorista, Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Mauro Zacher e Engº Comassetto. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Mendes Ribeiro. Após, o Presidente concedeu a palavra a Carina Becker Köche, para considerações finais acerca do tema em debate. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e oito minutos às quinze horas e trinta e nove minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Cláudio Janta e Cassiá Carpes. Em prosseguimento, foi aprovada a indicação de Lourdes Sprenger para exercer o cargo de Procuradora Especial da Mulher, nos termos do artigo 86-B do Regimento. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Karen Santos e Lourdes Sprenger. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Moisés Barboza. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 006, 008, 015, 018, 034, 080, 081 e 103/20; em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/20. Também, Cláudio Janta pronunciou-se durante o período de Pauta. Às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Paulo

Brum e Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Dezesseis vereadores presentes.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Havendo quórum, damos por abertos os trabalhos da tarde de hoje.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. João Carlos Nedel solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 13 a 17 de agosto de 2020.

A Mesa declara empossado o Ver. Moisés Barboza, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Bem-vindo, Ver. Moisés Barboza. Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a debater assunto relativo à situação das escolas particulares de educação infantil em Porto Alegre e os impactos da pandemia no setor, trazido pela Sra. Carina Becker Köche, presidente do Sindicato Intermunicipal dos Estabelecimentos de Educação Infantil do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicreches. Convidamos a Sra. Carina Becker Köche para compor a Mesa.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Valter Nagelstein, proponente deste tema específico, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Presidente, muito obrigado. Eu não quero assumir nenhum tipo de protagonismo aqui em relação aos demais colegas – todos os 36 são extremamente importantes neste momento –, tampouco com relação aqui ao próprio setor, que a sua presidente por ele vai falar. Eu só quero dizer que vários de nós, vereadores, temos sido procurados e temos nos mostrado solícitos a essa questão. É um dos tantos setores que sofre tremendamente com o problema do coronavírus; sofre de uma forma muito especial e bastante grave, porque, de fato, foi um dos primeiros setores a parar e, infelizmente, será, talvez, um dos últimos setores a poder retornar. Mas, para isso, tem que haver planejamento; para isso, nós temos que ouvir os representantes do setor, saber das dificuldades, das agonias, das inquietações que esse setor tem, do tanto de empregos que gera, ouvir

todos os que estão envolvidos. Especialmente para quem é pai, enfim, a maior parte de nós já teve os seus filhos na pré-escola, na creche e tem um carinho muito grande por esse segmento, afinal de contas, é o segmento ao qual nós entregamos os nossos filhos num momento muito importante, no início da caminhada de cada um como pessoa, como ser humano. Então, eu recebi um pedido da Alessandra, da Neneca. Sei que a Ver.^a Cláudia, minha colega, também já havia encaminhado um projeto de lei no passado a respeito disso, quero fazer esse reconhecimento.

Por último, quero agradecer ao Presidente Pujol, à direção da Câmara e à Mesa, que deferiu esse pedido, e dizer que todos nós temos que nos somar de alguma forma para poder tomar as medidas adequadas de planejamento e de auxílio a esse setor para que, o quanto antes possível, a crise possa ser superada e eles possam retornar às suas atividades, também para que os pais possam ter um local para deixar os seus filhos. Infelizmente, a partir disso, se criou até um outro mercado informal, que é o “cuida-se”, que não tem a preparação, não tem os protocolos, enfim, não tem o treinamento, a qualificação que esse setor das creches tem, e que a gente sabe que eles têm.

Então, é isso, esse é o sentido. O setor tem procurado vários outros poderes, tem procurado interlocução de outras formas, e é muito importante que o setor saiba que aqui o Parlamento está à disposição dele para ajudar em tudo aquilo que nós, vereadores, que somos os representantes do povo da cidade de Porto Alegre, possamos ajudar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Valter. Dr. Luiz Afonso, por favor, conduza os trabalhos para nós.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Sra. Carina Becker Köche está com a palavra.

SRA. CARINA BECKER KÖCHE: Boa tarde a todos; boa tarde, Presidente da Mesa; boa tarde, vereadores. Obrigada pela pauta, Ver. Valter Nagelstein, que foi quem nos conseguiu... (Problemas na conexão.) ...na Câmara de Vereadores. Eu sou a Carina, eu represento as escolas de educação infantil, exclusivamente dentro do Rio Grande do Sul, com exceção de Caxias do Sul, cujas escolas – hoje nós tivemos esta boa notícia – estão começando a funcionar a partir de setembro. Então fica a admiração do sindicato pelas escolas de educação infantil de Caxias e pelo prefeito, que teve essa sensibilidade, porque a vida tem que continuar. Eu gostaria muito que aqui em Porto Alegre isso também pudesse ser uma inspiração nessa nossa nova caminhada. O governador já liberou para todo o Rio Grande do Sul, Porto Alegre tem um cenário um pouco mais resistente. Eu conto com a participação e com a ajuda de todos os vereadores para que a gente possa reverter esse cenário pontualmente aqui em Porto Alegre.

No cenário de Porto Alegre, hoje, nós representamos em torno de 700 escolas de educação infantil, exclusivamente. Para vocês terem uma ideia, as escolas de educação infantil em Porto Alegre... Quando a gente fala em representação, a gente está falando de escolas que tratam exclusivamente de crianças de zero a cinco anos, então o Sindireches hoje atende essas escolas no sentido de representação. Nós fizemos uma pesquisa em julho, fizemos alguns questionamentos, e 13% já projetavam um encerramento – isso em julho, gente, que dirá o cenário de agosto agora – e 41% já projetavam fechar também. Em março, nós tínhamos em torno de 90 mil crianças matriculadas; em junho, a gente só tinha 42 mil crianças matriculadas; então mais de 50% já tinha cancelado a matrícula. Isso é um índice muito alto dentro da educação infantil. Onde essas crianças vão parar? Muito provável que na rede pública, e a gente sabe que a rede pública já estava no seu limite, que dirá agora com todas essas famílias saindo da rede privada e buscando a rede pública. Não vai ter espaço para todo mundo.

Falando um pouco de colaboradores, e aí a gente está falando de postos de trabalho: nós tínhamos em torno de 20 mil colaboradores. A gente já tinha em torno de 5 mil demissões, e a gente está falando de dados de julho, não vou nem entrar no mérito de agosto, com o término dos benefícios da MP, que a gente já vai falar na sequência. Dentro desse contexto todo que a gente vem vivendo, as famílias foram muito empáticas ao longo desses meses. Hoje, especificamente, a gente está há 146 dias, gente, fechadas, suspensas, sem atividades. Há exatamente 146 dias! Eu tenho um calendário – desculpem, não estou com ele aqui a mão – que parece aquele calendário de presidiário, aquele que a gente vai marcando um “x” no primeiro dia, no segundo dia, etc. Eu comecei a fazer isso lá em março, quando a gente fechou. Eu disse: ah, a brincadeira vai levar uma semana, duas. Eu jamais imaginei que levaríamos 146 dias nessa brincadeira muito triste, nesse contexto. É muito triste a gente falar que está há 146 dias com o negócio fechado. Muitas famílias, ao longo dessa caminhada, tentaram ser empáticas financeiramente, mas chegou a um ponto em que foram perdendo os empregos, as receitas foram baixando, e, infelizmente, tiveram que deixar de contribuir com as escolas. O governo federal auxiliou, mas esse auxílio também está se encerrando. Boa parte das escolas que recebiam com a medida provisória está se encerrando essa semana, e a gente não está vendo a luz no fim do túnel. Os impostos, por parte do federal, e aí a gente está falando do Simples, foram parcelados, sim, mas a conta já está vindo. E por parte do Município não houve nenhum parcelamento; e quando a gente vai ter que pagar essa conta? A conta já está sendo paga. E a Prefeitura não está ajudando.

Então, como que a gente vai conseguir tocar a escola nesse contexto? O que fica, nesse sentido é: tivemos esse respirador, ao longo desses meses todos, para manter as escolas, para manter os postos de trabalho; e vamos “morrer na beira da praia”, literalmente? No pouco que falta para a gente continuar para passar toda essa pandemia, por “n” situações, o municipal não vai ajudar? O estadual não vai ajudar? Eu não estou nem entrando no mérito da política, se o governo federal ajudou muito ou pouco, não é isso. Eu estou falando num contexto. E aí a educação infantil privada - e eu sei que é

uma opção nossa estarmos no negócio -, não vai ter auxílio nesse momento, tanto por parte do Município quanto por parte do governo?

Fica aqui o meu apelo para os senhores, enquanto Câmara de Vereadores, o que pode ser feito para nos auxiliar nesse sentido, porque a gente, enquanto escola de educação infantil, exclusiva, de zero a três anos, por exemplo, a maioria das crianças saíram. As famílias que ainda estão matriculadas são das crianças de quatro a cinco anos que são obrigadas a estarem matriculadas, e que de uma forma ou de outra ainda estão pagando taxas de manutenção ou algum tipo de mensalidade com desconto extremamente subsidiado, mas que não paga toda a conta de uma escola, e aí a gente está falando de aluguel, de luz, internet, enfim. E agora a folha está vindo cheia, porque o benefício do governo está acabando; e para complementar, nós temos quatro meses de estabilidade, em função da MP. Então, ao longo dos quatro meses a diretora da escola aceitou, assinou um cheque em branco, no sentido de que: vamos dar os benefícios do governo, as gurias, as colaboradoras estão recebendo o benefício do governo; e agora, em contrapartida é a escola bancar esse salário, e eu pergunto: com que dinheiro? Não tenho o direito de trabalhar. Eu venho acompanhando, ao longo desses dias, nas redes sociais e nos meios de comunicações um debate muito forte, dizendo: “Ah, mas não tem vacina; ah, mas a gente está no pico; a gente está no platô; mas a vida é importante; ah, mas a criança transmite; porque isso e aquilo”. Gente, ninguém é obrigado a levar a criança para a escola; nenhum colaborador é obrigado a trabalhar - em lugar nenhum está escrito isso. O que nós, enquanto Sindicreches, estamos levantando a bandeira, nesse sentido, é o direito de abrir a escola, de colocar à disposição o serviço para as famílias que efetivamente precisam. Eu pergunto: ao longo desses 146 dias, onde é que a mãe médica, enfermeira, técnica de hospital, farmacêutica, a mãe da padaria, do supermercado, enfim, de todos esses serviços essenciais, onde é que essas famílias – e não é só mãe, pai também – onde é que essas famílias deixaram essas crianças para irem trabalhar? Nos “cuida-se”? Nos clandestinos? Aí pode? Aí a sociedade permite? Aí a sociedade fecha os olhos? Aí a sociedade não escuta? Isso é muito injusto com as crianças! Eu vi uma situação de a mãe chegar e dizer assim: “Eu vou te deixar aqui, meu filho, porque não tenho opção, eu ficaria muito mais tranquila de te deixar na escola, da fulana, que eu sabia que tinha responsável técnico na área da saúde, que ela iria usar todos os EPIs que deveriam ser usados, que ela faria todos os protocolos que deveriam ser feitos, que a janela estaria aberta, que ia ter um distanciamento social, enfim”. Com a sociedade permite e bota para debaixo do tapete toda essa situação? Isso é o que mais me indigna, nesse sentido. Se questionou ao longo da semana; todo mundo dá pitaco, todo mundo diz que: não, não pode levar criança para escola. Mas ninguém levanta a bandeira para dizer sobre o direito das famílias de poderem escolher. Porque as pessoas que estão na linha de frente também têm o direito de poder escolher onde elas querem deixar, e não estão tendo essa opção. E nós, como empresárias, prestamos um serviço e não estamos tendo esse direito de prestar. E nós prestamos um serviço essencial e somos, em primeiro lugar, responsáveis e profissionais. Para uma escola de educação infantil funcionar tem que ter alvará de Bombeiros, tem que ter alvará da Vigilância Sanitária, tem que ter alvará da SMED, da Secretaria da Educação, tem que

ter uma série de situações; diferente de uma mãe crecheira, diferente de uma funcionária, que está recebendo ali na esquina uma criança para cuidar. E, novamente, a sociedade permite. E como que a Carina está falando tudo isso? Com que propriedade a Carina está falando tudo isso, em nome do Sindicreches? Porque o Sindicreches é composto por diretoras de escola que também organizou um comitê que equipara, que estuda com relação a tudo isso que está acontecendo. A gente organizou esse comitê, estudou sobre tudo o que está acontecendo em outros países, o que está acontecendo, se transmite, se não transmite, como estão tratando essa questão da educação infantil, se está dando certo, se não dá. Gente, não é a Carina dizendo: vou entrar no prejuízo, vou falir... Aí as pessoas acham que pode, ou não pode! Não, gente! Outra coisa, aquela tragédia do Miguel, em Recife, por que aquela criança morreu? Porque aquela criança foi com a mãe para o trabalho; porque a escola estava fechada, e era uma criança de cinco anos. Se aquela criança estivesse na escola de educação infantil, que era o lugar dela, não teria morrido. Aí a sociedade fecha os olhos de novo. E aí pode ou não pode? Então as coisas precisam acontecer dessa forma para dar uma mexida – e eu não estou dizendo que as pessoas não morrem de Covid, pelo amor de Deus, não é isso – mas as pessoas têm que olhar de outro ângulo. Eu acredito que vocês aqui, como vereadores, também têm que levar esse nosso olhar.

A questão dos postos de trabalho, se a gente não tomar uma decisão, uma postura em função da Medida Provisória que está se encerrando agora, nesta semana, e a gente não vê um novo cenário otimista de funcionamento, o que nós vamos fazer com esse pessoal? Eu, por exemplo, tenho 20 funcionários, e é a média das escolas. Demissão? Eu não tenho dinheiro para... (Problemas na conexão.) E aí? Além de um CNPJ fechado, tu tens mais 20 CPFs falidos e CPFs demitidos, mais 20 famílias sem emprego. Olhem o efeito cascata, gente! Onde o governo está ajudando nesse sentido? Qual é o benefício? Porque Fundeb e linha de crédito e isso e aquilo para a parte pública tem. Aonde está entrando a linha de crédito para subsidiar a privada, em termos de educação infantil? O próprio Valter disse que a educação infantil é um dos setores mais prejudicados nesse sentido. Não estou vendo, gente. Que mais? A educação infantil tem um histórico, perante as mulheres, de apoio, porque eu me lembro que eu comecei a trabalhar, porque eu tinha uma escola de educação infantil que pôde ficar com a minha filha. Se eu estou aqui hoje, é porque a escola de educação infantil pôde me apoiar. A escola é vida, gente. Se as escolas morrerem hoje, onde as mulheres e os homens, muitas famílias vão poder se apoiar? Muitas famílias não têm rede de apoio. E aí, aonde que a gente vai chegar em 2021? (Problemas na conexão.) A plantinha que vinha, que estava virando arbusto, não é nem arbusto... (Problemas na conexão.) Tem escolas consolidadas de 20, 30 anos em Porto Alegre, simplesmente vão arrolar, vão morrer? E a sociedade como um todo não vai fazer nada? É muito triste nesse sentido. E aí a gente vê a Prefeitura de Porto Alegre, ou melhor dizendo, o governo estadual determinou que cada município deveria fazer um COE - Comitê Operacional de Emergência em Saúde. Muitos municípios do Rio Grande do Sul já fizeram os seus COEs. Porto Alegre não fez o seu tema de casa. Eu já entrei várias vezes em contato com o secretário Adriano, já fiz várias reuniões, já fiz reunião pessoalmente com o vice-prefeito Paim, pedindo o

protocolo de Porto Alegre. Isso se chama planejamento, gente! Cadê o COE de Porto Alegre? Cadê o protocolo para voltar às aulas de Porto Alegre? Não tem! O que a gente faz num momento desses, gente? Fica aqui o meu pedido, o meu desabafo, a gente precisa ter esses espaços de mesas de diálogo. Eu peço que cada um de vocês, dentro das possibilidades, interceda por nós junto à Prefeitura para que, tanto o Sindicreches como todas as escolas, que a gente consiga esse diálogo com o prefeito, com o secretário que faz toda essa organização, o Bruno Miragem, no sentido de que a gente precisa constituir o COE, os protocolos para que as escolas possam voltar. Eu espero ter colocado todos os pontos que a categoria me pede de uma forma ou outra para representar um pouco essas 700 escolas aqui de Porto Alegre, as 3 mil do Rio Grande do Sul. Estou à disposição de todos os vereadores para responder e prestar esclarecimentos nesse sentido.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Carina. Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores e vereadoras; na verdade, é um assunto que eu venho debatendo desde março, desde o fechamento das escolas, quando eu estive numa reunião com diversos diretores na escola Serelepe, que o representante está aqui nos ouvindo hoje, o André e a Elisiane, com a Bia também e com mais alguns, a Gabriela e alguns outros diretores de escola. Desde lá, vem a nossa preocupação com o fechamento das escolas privadas infantis no momento em que nós ainda não tínhamos uma curva acentuada. Nós ainda estávamos iniciando uma pandemia, onde a gente não sabia se a criança era vetor ou não, como as coisas iriam acontecer. E a nossa luta, a nossa briga vêm desde lá. Nós tivemos reunião na Câmara Municipal com o Bruno Miragem e com o secretário da saúde, o secretário de educação e os responsáveis pelo comitê de crise. Nós fizemos uma carreata, onde paramos na frente da Prefeitura pedindo pela reabertura das escolas; isso nós fizemos lá em abril, final de abril, início de maio, porque nós sabíamos dessa necessidade e nós sabíamos que em junho, julho, quando iniciasse o inverno, as coisas ficariam mais complicadas. Qual era o nosso interesse? O nosso interesse era que as escolas se mantivessem abertas, tanto que eu criei um PL e trouxe para a votação, quando ninguém acreditava, e hoje me surpreende a fala do Sindicreches, porque naquele período eles eram contrários à reabertura, eles achavam que tinha que, sim, manter por ora fechadas. Hoje estão terminando as MPs, está acabando a forma de apoio aos professores e realmente a coisa fica mais preocupante neste momento, mas a nossa luta vem desde março. São mais de cem diretores de escola, onde eu participo de um grupo de WhatsApp com esses diretores, muito preocupados com as suas crianças, principalmente, e com as suas escolas, que não conseguem manter. Muitos fecharam as portas já, muitos ainda fecharão, se nada for resolvido e, como disse a Carina muito bem, falta de planejamento, porque nós não um

COE, nós não temos protocolos de saúde para essas crianças. Quando todos os demais estão pensando nisso e quando até mesmo o governador já vê isso como viável, o nosso prefeito infelizmente não considera as escolas infantis. Eu protocoliei um PL agora para que as escolas infantis privadas sejam consideradas essenciais, porque eu acho que é a única forma através da qual nós possamos fazer com que essas escolas possam abrir junto com os serviços essenciais. Porque senão, eu acho sim que as escolas vão ser das últimas instituições a abrirem, e nós vamos ter muitos fechamentos. E com isso nós vamos ter muitas crianças desassistidas, porque o nosso Município não vai conseguir absorver a demanda de crianças das escolas que vão fechar as portas. Caxias do Sul está abrindo as portas das escolas privadas infantis. Uma escola, como exemplo, que tinha 95 crianças, 50 crianças já aderiram à essa escola lá em Caxias, porque os pais precisam trabalhar. Essa sempre foi a minha fala quando eu trouxe o PL para a votação e que infelizmente não foi aprovado na Câmara naquele momento, porque os senhores tinham medo de expor as crianças e eu não tiro a razão de ninguém, eu tinha as minhas prerrogativas e acreditava que era importante essa reabertura, mas respeito todos e acho que, se, lá atrás, nós tivéssemos aberto, lá em março, abril, maio, talvez agora em julho, agosto, nós pudéssemos estar fechados no inverno. Eu fiz uma *live* com um infectologista em que ele falava que as crianças não são os maiores vetores. As crianças não são os maiores transmissores do vírus. Então, a gente tem estudos também científicos; quando a gente fala, a gente não fala por falar. A gente fala com consciência e com cuidados. Na verdade, o papel da escola infantil vai além do pedagógico, senhores. As escolas infantis são cuidadoras, porque elas têm protocolos, porque elas se preocupam com as crianças desde lá, porque tem crianças que vão com zero e saem com seis anos de idade dessas escolas. Então, esses são os segundos pais dessas crianças. São pessoas responsáveis, pessoas que se prepararam para ter essas escolas. Tem escolas com 20 anos, 30 anos no mercado e que infelizmente estão demitindo, que infelizmente, se nada for feito, após o final do mês, quando terminar a MP, esses professores serão demitidos, e muitas escolas não poderão pagar e nem manter por 120 dias de estabilidade seus funcionários. Vão mandar procurar seus direitos, porque as pessoas não têm o que fazer. As escolas estão num momento muito crítico e preocupante, e nós precisamos sim trazer esse nosso PL, onde essas escolas são consideradas essenciais para que nós possamos trazê-las o quanto antes e criar os protocolos de COE necessários para que elas possam reabrir. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, vereadora. O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Boa tarde, Paulinho; boa tarde... (Problemas na conexão.) Depois eu falo, quando eu tiver um sinal mais...

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Fica para o fim, então, vereador, por favor.

O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Boa tarde, Presidente Brum, boa tarde ao nosso diretor Luiz Afonso, aos vereadores e vereadoras e ao pessoal que nos assiste nesta *live*. Alguns vereadores já falaram, essa situação está difícil para o pessoal das escolas infantis. A minha amiga Elisiane, nos criamos juntos, sempre foi de batalha, várias vezes eu estive na escolinha dela, é tudo com muito cuidado, as mães e as crianças têm um carinho por ela; tem a Valéria, lá na Restinga, que também estava na reunião que a Cláudia falou. Estávamos eu, a Claudinha, o Dr. Thiago estava comigo também, a gente estava de máscara, depois que eu fui saber que a Andréia também estava presente, mas eu não reconheci na hora. Essa batalha, como a Cláudia disse, já vem há algum tempo, essas pessoas estão sofrendo, como já foi falado, os pais não têm onde... Agora eles estão voltando a trabalhar, mas não têm onde deixar as crianças, quer dizer que virou uma bola de neve, e não se pode deixar as crianças em qualquer lugar, todos sabem disso. É muito difícil pegar e deixar com o vizinho, não sei com quem, lá com a pessoa que cuida, não é assim que funciona. As escolinhas têm os seus protocolos, são bem organizadas; no dia a dia, a gente vê como funcionam essas escolas particulares. E tem também os funcionários, como já se falou aqui, tem vários funcionários nas escolinhas. Lá mesmo, na Elisiane, deve ter quase 20 ou mais. Essas pessoas nos procuram e perguntam quando vai abrir de novo, porque estão perdendo o emprego, estão numa situação assim, assim. As pessoas que têm as suas escolas, que pagam em dia as suas taxas, alvará disso, taxa daquilo, água, luz, o que é que essas pessoas estão fazendo desde março? Correndo atrás do que não vão alcançar com essas escolas fechadas. Até eu acho muito errado, porque as escolinhas fecharam, algumas coisas fecharam, e a orla mesmo há pouco tempo que foram fechar, depois de meses. A gente passava lá fim de semana, estava a orla lotada de gente, tudo tomando chimarrão, sem máscara. E as pessoas que precisam trabalhar têm os seus empreendimentos sofrendo o pênalti de terem que permanecer fechados. Claro que essas escolinhas abrindo, elas têm os seus protocolos, elas vão abrir com todo o cuidado, elas não vão abrir como era antes. Além do cuidado que eles tinham, eles vão ter mais cuidado ainda, e eu sei do carinho que eles têm por essas crianças, como eu digo, porque eu seguido vou lá na escolinha da Lisi, da Valéria, lá na Restinga, e outros amigos que a gente tem. Eu quero deixar claro que falo em meu nome, em nome do Airto Ferronato, do meu partido, a gente vai fazer o possível para que essa situação seja amenizada o quanto antes, porque vai chegar a hora em que as pessoas vão fechar e não vão ter mais como abrir. As contas vão chegando, acumulando, e, quando vê, fechou e não abre mais. Aí quem vai perder? As crianças vão perder, os pais vão perder e as pessoas donas das escolinhas e seus funcionários perderão também, todos nós perderemos. Como eu disse, vai virar uma bola de neve de contas e não é assim para... Tem que pagar aluguel, tem que pagar isso. Como está a cabeça de cada pessoa agora não sabendo o que é que vai acontecer? Os pais estão voltando a trabalhar, Presidente Paulo Brum, e não sabem o

que é que vão fazer com as crianças, pois as escolinhas estão fechadas. Eu quero dizer que estou favorável e estou atento, tanto eu quanto o Airto Ferronato, para que essas crianças voltem o mais rápido possível, que abram as escolinhas com cuidado, senão vai acabar fechando tudo e depois, para abrir, vai ser uma dificuldade. Vamos ter fé em Deus, contem com a gente sempre, um grande abraço para o pessoal das escolinhas particulares. Contem com o nosso apoio. Um grande abraço para vocês, um grande abraço, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Paulinho. (Pausa.) Pois não, Ver. Pujol.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Ver. Brum, quero cumprimentá-lo pela boa condução, peço que continue conduzindo os trabalhos, porque está conduzindo bem, eu estou resolvendo um problema sério que me diz respeito e tenho informações que ninguém conduz melhor uma reunião do que o Ver. Paulo Brum, que continua conduzindo a nossa reunião especial do dia de hoje. Obrigado, Paulo.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Pujol. Conte com a gente, estamos à sua disposição, vereador.

O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Boa tarde, Presidente Paulinho Brum, colegas vereadores, queria cumprimentar os nossos convidados desse setor tão afetado por esta pandemia. Eu ouvi a fala da nossa convidada, ouvi a fala do Ver. Valter, assisti atentamente à fala da Ver.^a Claudinha e, agora, do nosso querido colega Paulinho. O que eu fico mais preocupado diante disso tudo é a falta de perspectiva que nós estamos tendo na questão desse assunto, que, para mim, modéstia à parte, é o mais delicado desta pandemia, porque nós não estamos falando só de saúde, não estamos falando só de emprego, não estamos falando só das condições de conseguir continuar o trabalho atendendo às crianças, mas nós estamos falando das nossas crianças, das crianças da nossa cidade. Essa questão tinha que ser uma pauta constante do prefeito de Porto Alegre e dos vereadores. Mas aqui eu quero voltar a dizer o que eu venho falando sempre: quando a gente toma uma decisão política sozinho, sem compartilhar, sem ajuda, sem contribuição, a nossa (Problemas na conexão.) ...é muito grande. Estamos errando muito na questão do enfrentamento dessa pandemia. Estamos errando muito! Os nossos convidados já devem estar cansados de tanta reunião com vereadores, com deputados, com secretários, e dessas reuniões não saem resultados, não sai nada concreto, que possa dar uma perspectiva para eles. Lógico que estamos cansados já de tanta reunião, de tanta conversa, mas estamos fazendo a nossa parte. Falo em nome da minha bancada, Democratas, Ver. Mendes Ribeiro, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Ricardo Gomes, Ver. Reginaldo Pujol, nos colocando à disposição para que

a gente possa, juntos, criar e achar uma solução para o problema. De conversa estamos cheios, queremos ação, queremos resultados. No momento mais difícil é que a gente enxerga quem realmente está preocupado. Eu não vejo, sinceramente, o Poder Executivo preocupado com o futuro das creches e o futuro da nossa cidade, porque nada acontece, nada se fala, não chama a Câmara para falar sobre o assunto. Estamos batendo direto nessa questão, mas, infelizmente, não somos escutados e não estamos tendo voz ativa nas decisões dessa pandemia. Se nós estamos tendo dificuldades de diálogo, dificuldades de achar uma solução, imagina para as pessoas das escolas e das creches, que precisam é de resultado, precisam que a decisão seja tomada. Então, fica aqui a nossa solidariedade, o nosso apoio e a nossa ajuda nesse enfrentamento. Vamos trabalhar para que tenhamos uma solução e um resultado ali na frente, porque, desse jeito, conversa, não dá, é momento de ter prioridade, é momento de ter objetivo, é momento de ter foco, e, com certeza, as crianças têm que ser prioridade nesse momento de dificuldade. Era isso, Presidente, colegas vereadores, estamos aqui à disposição para tentar ajudar, porque o problema lá na frente vai ser muito grande, vai ser uma crise terrível e as crianças não podem pagar o preço pelas más decisões políticas que nosso governo vem tomando. Um abraço a todo mundo e uma boa tarde de trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, Ver. Mendes. O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Quero trazer um abraço a ti, Paulo Brum, que está presidindo os trabalhos; trazer um abraço aos colegas vereadores, ao Paulinho Motorista, que já falou em nosso nome, mas eu já estava inscrito também, então estou aproveitando este momento; e um abraço às pessoas que estão conosco, nossos convidados, e quem nos assiste pela internet. Quero trazer uma informação: já faz aproximadamente duas semanas, um pouco menos, que eu recebi o pedido de algumas escolas infantis da rede privada para marcar uma audiência, primeiro com o secretário da educação. Conversando com o secretário de educação, ele disse que isso seria tratado por outras secretarias. Eu estou trazendo aqui a informação, e já convidando quem está conosco nesta *live*, que, no dia 18 pela manhã, entre 9h, 10h – nós estamos ainda definindo isso –, temos marcada uma agenda com o secretário Christian e o secretário da saúde, portanto, estou convidando as pessoas que estão hoje nesta reunião e que queiram participar conosco. Até antecipo que quem nos procurou, inicialmente, foi a Luciane Gonçalves, da Escola Pais e Filhos. Então nós já estamos com essa agenda marcada na Prefeitura e eu quero convidar a todos que queiram participar conosco na reunião do dia 18, terça-feira, essencialmente a senhora que estava falando para nós. Por um problema, que entrei um pouquinho mais tarde, não peguei o nome dela, mas está feito o convite e dizer que temos essa reunião, acho que é uma maneira de a gente conversar diretamente com o governo e tratar dessa questão, que é tão premente e urgente, sim, porque tem trazido dificuldades aqui para o nosso

Município de Porto Alegre. Feito o convite, feito o registro, um abraço a todos, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Ver. Airto, essa reunião é virtual ou presencial?

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): É presencial. Eu só não tenho ainda o horário – vai ser pela manhã –, em razão de ter tratado hoje.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): É preocupante o número de presentes, vereador.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Claro, mas nós temos, até agora, três pessoas que irão. Vamos convidar a senhora que está conosco também.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado pela sua explicação, vereador.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ver. Ferronato e Ver. Paulo Brum, só para um esclarecimento. A Sra. Carina Köche, presidente do Sindicreches, está respondendo ao Ver. Ferronato que aceita o convite.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Brum, comandando os trabalhos; quero saudar também todos os vereadores, vereadoras, a Carina, as escolinhas, estou vendo que várias vieram, estão mobilizadas, isso é muito bom. Carina, tu acertaste um detalhe muito importante: planejamento. Não houve planejamento. E além do mais, logo que nós começamos essa pandemia, a imprensa em geral, mas principalmente alguns segmentos, diziam: “Fique em casa”, “fique em casa”. Tiraram todo mundo, numa época desnecessária no meu entender, e hoje, no inverno, nós estamos em casa ainda, ou querendo voltar, o comércio voltando. Era para ter sido o contrário, tinha que ter sido feito um planejamento, com todas as precauções que tu salientaste, é importante, mas a ideologia veio muito forte, como se quem quisesse ficar em casa ficasse de um lado e quem quisesse voltar ao trabalho ficasse do outro lado, e aí começou o abre e fecha, abre e fecha, e vocês fecharam e não abriram mais. Uma coisa tem relação com a outra. Por exemplo, a Câmara está fechada praticamente desde março – eu não concordo, já tinha posição de nós abrímos; tem alguns segmentos que acham que ficar em casa é bem melhor, a pessoa continua em casa e não quer sair de casa, só que acaba perdendo o emprego. Carina, tu nos deste uma noção – parece que não tem

nada a ver, mas tem a ver – de que quem não vai trabalhar quer os seus filhos em casa, os filhos também não iriam à escola. Aí começa outro problema. Então, na realidade, nós ainda estamos nesse negócio de “fica em casa”, mas estamos há mais de cinco meses... Agora, como tu falaste, quem recebe muito bem e está em casa, quem não teve o salário cortado, essas pessoas estão em casa tranquilas, não querem voltar a trabalhar nem mandar seus filhos para as aulas, porque querem ficar com eles em casa, e quando voltarem as aulas tem que ter o comércio aberto e o trabalho, uma coisa é conjugada à outra. E vocês ficaram entre o mar e o rochedo, pagaram caro, sem dúvida, por isso.

O Executivo errou no planejamento, qualquer criança sabe que nessa época de junho, julho, agosto nós temos temperaturas horríveis no Rio Grande do Sul, temperaturas baixas, chuva, umidade altíssima; fizeram o “fica em casa” lá atrás, quando dava tempo ainda para gradativamente irem se organizando, e agora nós todos estamos pagando muito caro por isso. Nós tivemos fatos na própria Câmara, Carina, quando lá atrás nós votamos pela abertura do comércio, o prefeito vetou e nós mesmos aceitamos o veto. Há um segmento forte dos 36 vereadores que acham que devemos ficar em casa sim, que nós não devemos abrir a Câmara, não deve abrir o comércio, não abrir nada – é verdade, nós temos que dizer isso, porque é um grupo heterogêneo, a democracia é assim, e temos que respeitar. E o que tu disseste é verdade: não tem, por parte da Prefeitura, um planejamento dizendo que agora podemos fechar, mas fechou lá atrás, quando não precisava! O prefeito decretou calamidade pública lá no início, quando houve alguns privilégios do governo federal, porque tinha um ex-secretário lá, com o Mandetta. Pegou dinheiro do governo federal, pegou quase um milhão de reais! Só que agora abriram os jogos de futebol, está abrindo o comércio... Faltou planejamento, é verdade, tu disseste. Essa quantidade de erros! Falta de diálogo com a Câmara, inclusive nós estamos num impasse gravíssimo com a cidade de Porto Alegre, até pela sociedade há uma provocação de *impeachment*; não somos nós que estamos abrindo o *impeachment*, é a sociedade, através de uma ação pública, que está propiciando abrir esse processo na Câmara, nós estamos fazendo o nosso papel – digo isso para não inverterem as coisas. E tem segmentos da imprensa que estão contra tudo, não querem que abra...

Para concluir, eu pergunto o seguinte, Carina: vocês já fizeram uma enquete com os pais dessas crianças, se querem voltar? Qual o diagnóstico que tu nos dá? A imprensa fica dizendo... Hoje mesmo tinha uma matéria na televisão, as crianças dando opinião, lá em Caxias, não querem voltar, porque a Prefeitura quer que os alunos voltem às aulas. Então nós estamos nesta dicotomia: quem está bem quer ficar em casa, quem precisa quer trabalhar. E vocês estão dentro desse contexto, entre o mar e o rochedo. Contem com a gente, eu sou daqueles que acham que muita coisa dá para voltar, com todas as proposições, com protocolos... Há muito tempo! Erraram lá atrás e continuam errando. Um abraço e contem com a gente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Ver. Airto Ferronato.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Só para confirmar, eu entrei em contato com o pessoal da Prefeitura e a reunião será virtual. Vamos falar para a Carina nos passar o seu contato para nós passarmos o *link* a ela; darei também meu número de celular. Então um abraço.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado pelo seu esclarecimento, vereador. O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde, Presidente Paulo Brum, colegas vereadores, Carina, presidente do sindicato das entidades, e boa tarde muito especial à Sabrina, que está aqui nos acompanhando, que é uma das proprietárias da Escola Sonho de Criança, onde eu tenho o privilégio de ter as minhas crianças, que foram sempre muito bem tratadas. É um prazer revê-la aqui, Sabrina.

Manifesto minha opinião dizendo inicialmente que nós estamos vivendo um momento da reabertura necessária, da reabertura planejada, da reabertura pactuada, que é isso que vocês estão propondo, atendendo todos os protocolos necessários – é importante a gente fazer isso.

Eu já quero justificar por que o meu voto não foi a favor da proposta da Ver.^a Cláudia, que teve uma excelente iniciativa há uns meses, porque eu acho que essas coisas não devem ser tratadas na lei; mas a iniciativa teve grande mérito, quero reconhecer aqui o esforço da nossa colega, porque esse é um trabalho que nós temos que tratar olho no olho, pactuando ponto a ponto, e se tivermos que dar um passinho para trás para dar uns dois para frente, se for necessário, a lei pode engessar. Eu tenho certeza de que a Ver.^a Cláudia fez essa manifestação através da lei, porque eu não escuto ainda o eco e o retorno do governo municipal, que tem uma dificuldade de tratar com os diversos segmentos que estão aqui apelando.

É o momento em que a gente já vive uma estabilidade na cidade, com indicadores que nos mostram que a curva vai cair, que as nossas UTIs, embora ainda estejam com um grande grau de ocupação, terão uma diminuição de pacientes nos próximos dias. É assim que nós entendemos: é hora de nós aprendermos, depois de todos os sacrifícios que nós, cidadãos, fizemos, que os empresários fizeram, que as nossas crianças estão fazendo; é hora de uma retomada e de aprender a conviver com o vírus. Eu quero reforçar aqui que, os protocolos sendo atendidos, tendo planejamento bem feito, agora o retorno para as escolas é uma decisão dos pais, não é mais uma obrigação ou uma imposição do poder público através do prefeito; agora será cada pai que vai decidir se o seu filho deve ou não ir para escola, e isso também tem que ser respeitado. Por isso eu quero aqui manifestar o meu apoio vocês, dizer que vocês, realmente, suportaram o máximo que dava, as crianças em casa, além de ser um prazer para nós, pais, é uma dificuldade para os pais que estão trabalhando em casa, através do *home office*, não estão em casa descansando, estão em casa trabalhando e muitas atividades, inclusive, estão trabalhando mais que anteriormente. Então a escola é fundamental não só para que os pais possam trabalhar, mas a necessidade das nossas crianças se desenvolverem dentro da escola infantil. Dou aqui todo meu apoio, todo

meu respaldo para que vocês possam reabrir as suas escolas imediatamente. Eu sei que vocês irão atender todos os protocolos, porque, quando nós, pais, deixamos as nossas crianças, deixamos os nossos tesouros que serão muito bem cuidados. Então que vocês se programem, se planejem para que possam rapidamente abrir, porque eu acho que o Prefeito Marchezan tem que ser sensível a essa questão. Muitas escolas infantis não conseguiram sobreviver, que nós lamentamos, porque não só apenas nós estamos diminuindo vagas nas escolas infantis, como nós sabemos que estamos gerando desemprego na cidade. Para que nós possamos manter as escolas, manter os nossos empregos, tanto para aqueles que trabalham nas escolas como aqueles que estão fazendo *home office* e para o devido e o importante desenvolvimento nesta idade das nossas crianças, reabertura imediata, pactuada, com todos os protocolos e, acima de tudo, que seja uma decisão dos pais. Se os pais acham que a sua criança pode ir, se a escola está bem preparada para isso, que reabra imediatamente. Contem comigo, contem com todo o nosso apoio e, de certa forma, me desculpei com a minha querida colega Ver.^a Cláudia Araújo que teve uma excelente iniciativa, que eu não votei porque não me sentia seguro naquele momento, mas neste momento eu faço a devida referência à vereadora e faço com a maior tranquilidade. Que o Prefeito Marchezan seja sensível à causa de vocês, a cidade necessita aprender com o convívio e os cuidados necessários enquanto não temos uma vacina que nos proteja do vírus. Um grande abraço, fé, mente sã e nós estaremos passando rapidamente por este momento e sairemos, se Deus quiser, muito melhor de tudo isso. Uma boa reunião a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Obrigado, vereador. O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Obrigado, Ver. Paulo Brum. Quero cumprimentar todos os colegas vereadores e vereadoras; cumprimentar a nossa convidada, Sra. Carina; o André e os outros que estão participando do debate e dizer que nós, neste momento, estamos precisando elaborar uma nova postura da sociedade, porque esta pandemia, como já foi dito aqui, vamos para o sexto mês, não tem mais quem resista. Portanto, nós construímos novos protocolos, nós construímos novas posturas, nós fazemos com que o poder público cumpra com a sua parte e que a sociedade, como um todo, possa responder a mesma altura.

Ontem eu li uma mensagem interessante relacionada à abertura das escolas, sobre a proposição de abertura das escolas para o final do mês, que dizia que o presidente passa para os governadores, os governadores passam para os prefeitos, os prefeitos passam a responsabilidade para as escolas, as escolas chamam os pais, pergunto: os pais vão consultar isso aos filhos? Eu trago essa referência porque a responsabilidade não pode ser só de um segmento ou de outro segmento, tem que ser de todos os segmentos de construir esse novo protocolo. Nós já sofremos aqui o problema das escolas de educação infantil conveniadas, quando o prefeito simplesmente

suspendeu os convênios, mesmo nós aprovando um decreto anulando essa decisão dele, ele não cumpre até hoje. Então, sabemos do conjunto de pais e mães que precisa trabalhar e não ter onde deixar os seus filhos.

Eu quero aqui falar um pouco da preocupação que nós precisamos ter com as crianças. A Ver.^a Cláudia Araújo, como já foi dito aqui, nos propiciou um belo debate, já passou um período longo, já fizemos outra reflexão, e hoje nós precisamos com que as atividades, a partir dos seus centros de bairro, lá onde as comunidades convivem, comecem a ter um funcionamento. Qual é o papel do poder público? É nisso que eu quero me fixar aqui. O poder público municipal tem que entrar junto, tem que assumir o seu compromisso, identificou-se um foco na família ou na comunidade ou num dos professores ou de uma das crianças, temos que ter o atendimento de imediato de testagem massiva naquela comunidade, de isolamento, de orientação, fazendo um trabalho conjuntamente. Derrubamos o veto na semana passada para que seja realizada a testagem massiva, começando, principalmente, por aqueles em trabalhos essenciais, os trabalhadores da saúde, do transporte, e agora entram os educadores, sejam públicos ou privados. Então, este protocolo, Sra. Carina, a Câmara é aliada para construir essa agenda, mas o nosso papel neste momento é exigir que o poder público municipal auxilie, cumpra, ajude a coordenar a orientação da sociedade para dar a tranquilidade que esses setores precisam, e esse é um setor essencial. É essencial porque, além de tudo, trata com as nossas crianças, trata com a vida no dia a dia. Bom, fazer um mapeamento prévio, nós termos a identificação de quais as famílias que tiveram contaminação ou estão tendo a contaminação para que cumpram os requisitos.

Sra. Carina, eu creio que poderíamos voltar a fazer esse debate aqui para poder analisar o protocolo mais completo com os compromissos que o poder público deve cumprir, tanto o estadual quanto o municipal, para que nós possamos dar segurança à sociedade.

Essa é a minha contribuição neste momento e volto a dizer aqui, o momento já é o momento de construirmos as alternativas seguras para poder enfrentar esta pandemia, porque nós já tivemos 120 dias – março, abril, maio, junho, julho, agosto –, estamos no sexto mês, pelo que tudo indica vamos para o sétimo mês, é tempo suficiente.

O Brasil entrou muito depois que outros países, perdeu tempo, e errou, tanto o governo estadual quanto o governo municipal têm errado, o federal nem se fala, porque não aconselhou nunca a sociedade a se proteger. Se abre e fecha, não tendo diálogo, não montando estruturação, não preparando as equipes de saúde de retaguarda, não fazendo a testagem massiva, não dando orientação ou abrindo o comércio e atividades regionais para as pessoas não precisarem se deslocar. Então, há um conjunto de planos, e nós aqui, os 36, só temos a contribuir com esse processo. Trago aqui algumas preocupações para também contribuir para que possamos ter uma nova agenda diante da pandemia, pois não tem saída, nós precisamos enfrentar e criar novos protocolos, novos procedimentos de relacionamento e convivência. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não temos mais inscritos.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A Sra. Carina Becker Köche está com a palavra para as suas considerações finais.

SRA. CARINA BECKER KÖCHE: Agradeço novamente pelo espaço. Em cima de tudo o que foi comentado, na verdade, o que a gente precisa, enquanto Sindicreches, da Câmara de Vereadores, é ação, é influência, é atitude. Nós precisamos de um movimento da Câmara de Vereadores junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, para que esse COE seja organizado, para que esse protocolo... (Problemas na conexão.) ...no Diário Oficial do Município, para que as escolas tenham... (Problemas na conexão.) ...se esse planejamento vai acontecer, se vai ser liberado ou não, não tem mais o que ser feito nesse sentido. O governo estadual já determinou, o Município tem que liberar esse COE, o Sindicreches está à disposição para participar desse COE, para elaborar esse protocolo e para disponibilizar para essas 700 escolas em Porto Alegre, para que seja liberado esse protocolo para... (Problemas na conexão.) ...as escolas já não estejam organizadas, mas que possam ter, sim, esse planejamento para entregar toda a documentação, porque as escolas têm alvará de saúde, têm alvará dos bombeiros, enfim, têm alvará de funcionamento. (Problemas na conexão.) ...enfim, para que a vida continue e que, principalmente, as famílias tenham direito de voltar. Agora, falando financeiramente, o Município também tem que fazer a sua parte, porque, em nível federal, teve o subsídio da MP, teve a postergação de impostos, e a parte municipal, o Município não vai ajudar com nada, gente? O Município não vai postergar nada? É estranho. Todo mundo ajuda um pouquinho, e o Município não ajuda? Nós pagamos os impostos municipais, e postergação a gente não vai ter? A dúvida é neste sentido. Benefícios, auxílios, porque dentro das escolas conveniadas haverá linha de crédito para auxiliar nesse sentido. E por que para as privadas não tem nada? Acho que sobre isso fica o recado. Porque, assim, gente, se as escolas privadas vierem a falir, onde vão parar todas essas famílias? Então, fica o nosso apelo; as escolas de educação infantil são de anos, não foram abertas ontem, não são escolas que abriram há um ou dois anos, são escolas que funcionam há 5, 10, 15 ou 20 anos, e a gente precisa mudar essa realidade, precisa dar continuidade. Os quatro meses de medida provisória encerraram nesta semana, e a partir da semana que vem? Por que o Prefeito.... Ah, a realidade de Porto Alegre é diferente da realidade de Caxias! (Problemas na conexão.)

(Não revisado pela oradora.)

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h38min.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB) – às 15h39min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vou falar em liderança do Partido dos Trabalhadores, se me permitirem, em nome dos meus colegas Oliboni, Comassetto e Sgarbossa. Foi muito importante a sessão que a gente teve, perdi uma parte exatamente por causa dessas quedas de internet. Eu, que estou no Centro Histórico de Porto Alegre, imaginem alguém que está em outro lugar, na periferia, atrás de algum morro de Porto Alegre. Essa instabilidade é inaceitável, depois ficam falando que as crianças estão tendo possibilidade de fazer seus trabalhos remotamente. Estou só ouvindo queixas e mais queixas, e ainda assim querem acabar com a Procempa. Na verdade, o prefeito tem um nítido interesse em acabar com a cidade de Porto Alegre, porque com esses seus decretos de vaivém, vaivém, vaivém, ele tem trazido o caos para cidade; odeia o Mercado Público... (Problemas na conexão.) ...vou fazer algumas perguntas, alguns encaminhamentos... (Problemas na conexão.) ...para verificar essas obras, porque Porto Alegre está a bangu. E nós agora estamos verificando mais uma vez que os nossos pedidos de providências não estão sendo respondidos; os PIs, quando são respondidos, são respondidos meia-boca. Dias atrás, alguém me respondeu um *e-mail* dizendo que eu tinha que solicitar para o secretário do governo, Christian. Eu vou lhes dizer com todas as letras que eu tenho direito, como vereador, de ter acesso às informações que eu achar convenientes. Achei o decreto da Prefeitura completamente inconstitucional, já estou tomando todas as medidas, porque não existe essa de ter alguém que possa decidir por nós o que é prioritário e o que não é prioritário. Nós não temos nenhum retorno, fico achando engraçado.

Quero elogiar o Ver. Airton Ferronato pela sua grandeza de nos convidar para uma reunião, porque nós também solicitamos reunião com o secretário Adriano Naves de Brito. Nós vamos, então, ocupar, conforme convite, a sua reunião, Ver. Ferronato – depois passe-nos exatamente quando será e qual o *link*, porque é a única forma de termos condições de fazer algumas cobranças. O Sistema Cortex, já levei ao Ministério Público, promotoria da criança e do adolescente, já houve uma solicitação para a SMED dar explicações. Na verdade, é uma usurpação de dados pessoais; pegar dados pessoais de crianças de até 12 anos é crime, está lá no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nós vamos às últimas consequências sobre essa questão.

Ademais, eu quero também colocar a questão do transporte coletivo. Nós temos um contrato que foi feito, uma licitação que foi feita, uma concessão realizada: as empresas têm que arcar durante três meses, em quaisquer circunstâncias, com o contrato realizado. Nós temos uma burla ao contrato. Nós temos um ferimento do contrato realizado, na medida em que a Carris está operando algumas linhas que são de responsabilidade dessas empresas. Nós estamos retomando, portanto, esta semana, com maior documentação, com mais elementos para fazer um confronto com a Prefeitura Municipal. O governo está, a cada dia, fazendo mais afrontas à legislação em vigor, afronta o Poder Legislativo, e nós não vamos nos calar. Essas são algumas das questões

que eu queria levantar no dia de hoje e quero dizer que nós vamos continuar firmes e vigilantes em todas essas questões. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Presidente Paulo Brum e todos os colegas novamente; eu quero falar em liderança do meu partido, porque hoje, lendo o jornal, fiquei surpreso que tinham sido exonerados servidores de cargos em comissão de alguns partidos, incluindo o meu partido. Eu quero dizer que, em primeiro lugar, esse tal de Banco de Talentos existe ou não existe? Eu tinha algumas pessoas que realmente eram filiados ao meu partido, mas, pelo que eu saiba, tinham entrado por esse Banco de Talentos. Como cansei de dizer ao Sr. Prefeito que ele não passou pelo Banco de Talentos, pelo jeito, ele estaria reprovado pelo Banco de Talentos e rapidamente do seu mandato, porque, primeiro, mentiu para o povo que não iria aumentar impostos, foi lá e aumentou o IPTU. Segundo, mentiu para o povo dizendo que não iria tirar a segunda passagem, foi lá e tirou a segunda passagem. Terceiro, disse para o povo que iria diminuir drasticamente os cargos em comissão, e não diminuiu. Então, agora o prefeito usa o seu Banco de Talentos, que são pessoas qualificadas, para as quais não foi pedida a filiação partidária. Agora, o prefeito está sentido, como diz o jargão popular, “a água batendo na sua bunda”, nas suas irresponsabilidades com a cidade de Porto Alegre, principalmente na questão da pandemia, quando o prefeito deixou toda a população em cativeiro por seis meses, quando o prefeito, irresponsavelmente, ficou no abre e fecha das lojas. O prefeito vem tomando atitudes... Agora, como não bastasse, quer mandar um projeto para a Câmara de Vereadores que as pessoas vão ter que pagar para entrar no Centro de Porto Alegre. Realmente, coisas que não têm cabimento. Eu quero dizer para o prefeito Marchezan que ele tem muita coisa para explicar para a população de Porto Alegre, começando pelo seu Banco de Talentos, que lá atrás nós propusemos uma CPI do Banco de Talentos. Nós propusemos, algumas vezes, que a Câmara de Vereadores fizesse uma CPI específica para o Banco de Talentos. Nós propusemos à Câmara de Vereadores até um *impeachment* relacionado ao Banco de Talentos, porque sabemos que isso é uma fraude na cidade de Porto Alegre, mas que, principalmente, dados públicos estão sendo disponibilizados para empresas privadas, isso é um absurdo na cidade de Porto Alegre.

Também queremos dizer ao Sr. Prefeito que a cidade de Porto Alegre não é refém da ATP. A cidade de Porto Alegre não ficará refém da ATP. Assim como o prefeito está brabo, porque foi aberto um processo de *impeachment* contra ele. Mas ele tem que explicar por que, no mês de dezembro, ele deu R\$ 2 milhões para uma empresa de comunicação da qual o seu marqueteiro é sócio, e aí, logo na virada do ano, em janeiro, o prefeito aparece nos jornais da capital mostrando um exemplo de governabilidade que a cidade de Porto Alegre não vê, porque não teve coragem de

anunciar aqui, porque aqui a população sabe a realidade que é, o descaso que tem sido com as coisas públicas, o descaso que tem sido com os moradores de rua, o descaso que tem sido com as pessoas que empreenderam na cidade de Porto Alegre, o descaso que tem sido com a população como um todo e, principalmente, com as pessoas que usam o sistema de transporte. Se o prefeito quer dar dinheiro para quem está em crise, nós vimos agora as escolas infantis, então, eu acho que o governo tem que fazer alguma taxa, pode ser a taxa que eles estão propondo na Câmara de Vereadores para salvar a ATP dividida para as escolas infantis, dividida para os donos de restaurantes, para o pessoal que trabalha no transporte de turismo, para o pessoal que trabalha no transporte escolar, todo mundo está passando por necessidade. E o prefeito tem sido refém da ATP desde que o prefeito propôs tirar a passagem dos idosos, propôs tirar a passagem das pessoas com deficiência, propôs tirar a passagem dos estudantes, tirar a segunda passagem, e não enfrentou a questão de melhorar o sistema de transporte em Porto Alegre, melhorar as linhas, melhorar as condições dos ônibus, não foi enfrentamento para nada disso.

Assim também como não tem tido o enfrentamento para temas importantíssimos para a cidade de Porto Alegre. O prefeito descumpra a Lei Orgânica, quando diz que 17 postos de saúde têm que abrir até as 24h; descumpra a Lei Orgânica, quando encerrou o prazo para que todas as escolas do Município atendam em tempo integral, duas propostas de alteração à Lei Orgânica que esta Casa aprovou em duas votações por 24 votos e está descumprindo, além de uma série de coisas que vêm acontecendo que já é relatado e propagandeado na cidade de Porto Alegre pelas pessoas, de boca em boca.

Eu quero dizer para o Sr. Prefeito que as suas atitudes é que estão levando ao processo que está na cidade de Porto Alegre, na Câmara de Vereadores, o seu modo de fazer uma política, que é a velha política, mas a velha política mesmo! Uma pessoa jovem fazendo a velha, velha política, a política que envergonhou e envergonha a todos nós. Eu quero dizer a ele que o meu partido, o Solidariedade, sempre o apoiou em coisas importantes para a cidade de Porto Alegre, mas essa questão de tirar dinheiro da saúde para se promover em jornais de São Paulo, essa questão de tirar dinheiro da saúde e dar para empresa do seu marqueteiro, que fez a sua campanha, que já está contratado para fazer a sua campanha agora, realmente, foi a gota d'água de vários pedidos de *impeachment* que teve nesta Casa, inclusive a retirada de recursos também da Carris, inclusive, volto a afirmar, a questão do Banco de Talentos, que disponibiliza informações públicas a empresas privadas e principalmente o critério de avaliação desse Banco de Talentos. Então, Sr. Prefeito Nelson Marchezan, o senhor tem que honrar a sua palavra, principalmente na questão de não aumentar impostos e principalmente na questão de manter as questões sociais para o povo de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-los novamente; aproveitando a liderança do meu partido, eu quero começar pelo mais grave neste momento. Ontem, o prefeito anunciou e criou uma polêmica contra umas das grandes emissoras deste País, a Rede Bandeirantes, dizendo que não daria mais entrevista, só faltou dizer que não daria mais entrevista, porque “não falam bem de mim”. (Problemas na conexão.) O prefeito brigou com a emissora, porque essa emissora fala a verdade, a cidade está abandonada. Hoje, ouvi uma enxurrada de notícias, no final do campeonato, no apagar das luzes, que vão melhorar a iluminação de Porto Alegre. Hoje, botaram um relógio, e, até o final do ano, os relógios vão estar aí. Quanto tempo, gente! O governo está terminando, nós estamos no último ano de governo, passaram três anos só brigando, tirou mais de 50 secretários e fala em Banco de Talentos, que Banco de Talentos é esse? De onde tiraram esses talentos, o que eles fazem? É “tá lento”, está muito devagar, é verdade, pode ser só isso aí. Quero, com a maior tranquilidade, dizer o que penso, o que sinto, até porque nunca tive cargo no governo, sou o único vereador que não apresentou emenda impositiva, até isso estão tachando, que os vereadores não tinham direito, que não podia dar, usando argumentos para dizer que a Câmara não tem razão. O sexto pedido de *impeachment*, nós rejeitamos todos os outros, mas esse foi demais. Para pegar dinheiro do Fundo da Saúde do Município tem que pedir permissão. O homem está sem diálogo, está apavorado. Voltando ao caso do editorial. Olha, me surpreende, não vi nenhuma outra rede de televisão se solidarizando com a Bandeirantes. Isso prova uma coisa que temos que ver, não sei se é possível, a publicidade da Prefeitura tem que ser equânime, igual para todos, tem gente levando de mais e tem outros levando de menos, quando a publicidade é uma só. O prefeito está criando situações constrangedoras para a cidade de Porto Alegre. Não tem como não se solidarizar com a Rede Bandeirantes. Volto a frisar, me surpreende os veículos de comunicação não darem apoio, já vi, contra outros governos, os meios de comunicação baterem, se unindo para bater.

Agora não vejo alguém da imprensa dizer: “prefeito, não cometa isso”. A Bandeirantes é uma grande aliada, é de publicidade, é de divulgação da Cidade, do Estado, da União. Aí, o ditadorzinho disse o seguinte: “Olha, ninguém pode dar entrevista aqui.” Pelo amor de Deus! Mas ele manda? As pessoas perderam a independência? Em vez de botar Banco de Talentos, ele tinha que pegar o nº 156 e olhar, porque acho que ele nunca olhou. A cidade está abandonada, falta iluminação, esgoto correndo a céu aberto, buracos. Isso ele não olha. Lamentável, mais uma vez, a atitude do prefeito sem diálogo com a sociedade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Em votação a Indicação da Ver.^a Lourdes Sprenger para exercer o cargo de Procuradora Especial da Mulher, nos termos

do art. 86-B do Regimento. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Na verdade, me inscrevi hoje para tratar de um tema bem grave que a gente está acompanhando enquanto mandato, enquanto Coletivo Alicerce, que trata sobre o contrato dessas trabalhadoras que prestam serviço de higienização e limpeza nas escolas da rede municipal. Elas são vinculadas à empresa Multiclean e, desde o início da gestão do Marchezan, a gente acompanha essas trabalhadoras, mais de mil trabalhadoras mulheres, que são da comunidade escolar, são da periferia da cidade, com dupla, tripla jornada. Desde o início da gestão do governo Marchezan, a gente acompanha as dificuldades que são criadas tanto por parte da SMED quanto por parte da empresa que está garantido os direitos trabalhistas desse setor que dá vida às escolas, que tem compromisso também com a educação, mas que está muito fragilizado pela relação de trabalho ser terceirada, são mulheres terceirizadas. Nesse último período, a gente acompanhou no processo da pandemia todas as negociações em relação à complementação salarial da medida provisória sancionada pelo governo federal, só que a gente está há um mês sem uma resposta efetiva em relação ao pagamento por parte do contrato da empresa Multiclean. A Multiclean joga para a SMED, e a SMED coloca que já repassou esse valor para a empresa, que a empresa é que não está cumprindo com os seus compromissos. Eu, enquanto vereadora, já fui na SMED, mesmo em pandemia, para tentar conversar com o Júlio, que é o servidor responsável por essa transferência de pagamento, e a situação não se resolve. Não bastasse isso de ter que brigar para receber o que é teu, que, no caso, é o teu salário, tu trabalhaste e tu mereces ter o direito de receber os teus rendimentos no dia certo de pagamento, até porque os boletos não esperam. A gente também recebeu a denúncia de uma trabalhadora que ligou para a Multiclean só para perguntar quando é que ia entrar na conta o salário, e essa trabalhadora foi desligada da empresa por justa causa. Já estamos fazendo o acompanhamento jurídico deste caso, que não é um caso isolado, não é a primeira vez que a empresa demite por justa causa, justamente pelas meninas, essa mulherada que limpa, que cozinha, que dá vida às escolas e hoje está sendo tratada como lixo por parte dessa empresa e também por parte da SMED, porque não está fiscalizando. Não foi uma nem duas vezes que eu fui conversar com o Júlio, justamente porque a gente percebe que é uma situação que se repete, é um tipo de vínculo trabalhista, são trabalhadoras terceirizadas que já recebem um valor muito irrisório pelo trabalho que fazem. São trabalhadoras que estão sofrendo assédio moral, que estão sendo perseguidas em meio à pandemia e não estão tendo o seu direito garantido, que é o de receber o salário na conta no dia. Essa é uma denúncia importante, eu acho relevante os vereadores e as vereadoras da nossa Casa terem ciência

de que isso vem acontecendo, de que não é uma exceção da pandemia, pelo contrário, é algo que aconteceu desde o início dessa relação contratual com essa empresa sacana. Eu mesma já liguei para essa empresa, falei com a secretária responsável pelo pagamento, que é a Magda, extremamente desrespeitosa, extremamente bruta, e eu estava justamente fazendo o meu papel, que é fiscalizar os contratos que a Prefeitura estabelece com o setor privado. É uma situação que vem se repetindo, e a gente está acompanhando essas mulheres, que estão ainda sem receber o seu salário do mês corrente. A gente precisa urgentemente ter um posicionamento em relação a isso que está acontecendo.

Também dentro dessa leva de denúncias que a gente tem que ir atrás dos órgãos públicos para conseguir ter uma resposta oficial em relação aos pedidos que a gente faz enquanto vereadores, na semana retrasada, fui na FASC, na Fundação de Assistência Social e Cidadania aqui de Porto Alegre, com um grupo de mulheres que protagonizam campanhas de solidariedade dentro das suas comunidades e que estão tendo dificuldade de acessar os alimentos que são necessários neste momento para garantir o isolamento social. Boa parte delas não está trabalhando, boa parte está em situação de vulnerabilidade, e nós estamos com cinco meses de pandemia sem ter uma resposta oficial por parte da Fundação em relação à política de alimentação para a nossa cidade. Lá em março, no dia 23 de março, fiz um pedido de informações para a FASC, justamente questionando qual seria o procedimento, o plano, o projeto para os meses que se seguiriam. Porque a gente sabe que, com o acirramento da crise econômica e social na nossa cidade, mais pessoas vão demandar assistência social, mais pessoas vão demandar cestas básicas, mais mulheres vão demandar auxílio moradia, visto os processos de violência doméstica, mais pessoas vão precisar de acolhimento, pois estão em situação de rua. Em 23 de março, protocolamos uma série de pedidos de informações em relação à verba do PNAE, do Plano Nacional de Alimentação Escolar, se ia ser alocado na Secretaria de Desenvolvimento Social e Esportes, se a FASC seria encarregada de fazer essa distribuição, se isso seria via Secretaria Municipal da Educação. Não obtivemos respostas. Fizemos também questionamentos em relação à verba do Conselho Municipal de Assistência Social, foi alocado para a compra de cestas básicas um valor de R\$ 150 mil, debatido no Conselho e encaminhado, se essa verba ia ser utilizada, como seria utilizada, quantas cestas básicas seriam compradas, como isso seria distribuído. Hoje eu percebo que, além de a gente não ter essas respostas necessárias para a gente conseguir elaborar a política pública e conseguir fazer a fiscalização, a FASC, de certo modo, terceirizou esse serviço de distribuição de alimentos para essas redes que se forjaram pela sociedade civil. Terceirizou o que seria uma política pública para os parceiros e para as parceiras que, por livre e espontânea vontade, estão organizando a solidariedade dentro das comunidades. Eu percebo que tem organizações de indígenas e quilombolas fazendo distribuição de alimentos, percebo que tem diversas comunidades com redes fazendo essa distribuição também, só que, de certa forma, estamos há cinco meses em pandemia, o teto de tirar recursos da classe média para distribuir para pessoas empobrecidas pela crise está chegando num teto, há cinco meses as pessoas vêm fazendo doação, também sendo lesadas por esse

abre e fecha da nossa economia local, que não se resolve. A gente não consegue ter uma estabilidade econômica para projetar o futuro, e essas pessoas também estão impactadas e são as principais doadoras das nossas campanhas. A gente foi lá justamente com esse grupo de mulheres para pedir esclarecimento para a FASC. Tentamos agenda, não conseguimos; tivemos que romper o isolamento social. As mulheres deixaram seus filhos em casa com as vizinhas, com parentes para a gente conseguir essa agenda. Conseguimos ser atendidas pela Vera Ponzo, que colocou que disponibilizaria o cronograma de distribuição das cestas básicas via CRAS e Cress para o mês de agosto, e, até agora, nós não recebemos esses documentos. Fica muito difícil a gente conseguir fiscalizar se essas cestas básicas estão chegando, se os recursos estão alocados para compra desses insumos, se estão sendo executados, sendo que a gente não tem acesso à informação nem à transparência. O *site* da transparência é um caos. É muito difícil a gente conseguir achar a informação de uma forma rápida e precisa dentro daquele portal. São diversas barreiras que vão sendo criadas para que o cidadão e a cidadã não consigam acessar a informação e não consigam fiscalizar o desdobramento das políticas públicas que a Prefeitura vem acompanhando. Nós, enquanto vereadores e vereadoras, que temos essa tarefa de instrumentalizar o nosso povo em relação a todos esses instrumentos tecnológicos, jurídicos e às decisões políticas do Paço Municipal, a gente fica refém dessa política de desinformação em massa. E os problemas estão se acumulando. Utilizo hoje este período de Grande Expediente, justamente para debater esses dois pontos que afetam vidas de trabalhadoras, sobretudo a vida das trabalhadoras da Multiclean, porque estão sofrendo assédio e estão sendo perseguidas. Muitas vezes, essas mesmas trabalhadoras que precisam receber o alimento, que precisam receber as cestas básicas, que são cadastradas nos CRAS e nos Cress e, muitas vezes, as equipes técnicas dos CRAS e dos Cress têm que fazer essas decisões difíceis. Nós, que fazemos campanhas de solidariedade, também estamos tendo que fazer, que é decidir quem é que come e quem é que não come, porque não tem alimento para todos. Então, buscando a gente conseguir avançar na pressão necessária para ter as respostas, os recursos que estão sendo alocados do Funcovid-19, na FASC, é importante a gente conseguir ter transparência, que a gente consiga ter acesso a quanto de recurso foi alocado dentro dessas pastas, dessas secretarias, quanto está sendo comprado em cestas básicas, qual é a programação de distribuição e como é que a gente consegue trabalhar junto. Porque a gente acompanha mais de 300 famílias da nossa campanha, que estão cadastradas no CRAS e que não estão recebendo esses recursos, não estão sendo atendidas. E também para colocar dentro desse debate das cestas básicas a denúncia dos CRIPs, que são centros que não são compostos por servidores municipais, são basicamente cargos comissionados que trabalham dentro desses centros de participação popular, mas que estão encarregados também de executar a política pública neste momento da pandemia. Recebi um ofício tratando dos critérios, a gente estava questionando muito os critérios para as pessoas conseguirem ser atendidas com cestas básicas dentro desses CRIPs Primeiro, acho ruim a entrega ser por esses instrumentos, porque são corporativos, são instrumentos com indicações do Executivo e isso corrobora muito com essa política eleitoreira de fazer a distribuição de alimento em época eleitoral. Os CRIPs estão com

protocolo de distribuição de alimentos com critérios extremamente exclusivos: não pode estar vinculado à renda emergencial, não pode estar recebendo o Bolsa Família, tem que ter documento de identidade, não pode ter recebido cesta básica no mês corrente. E eu questiono: quem é que vai acessar as cestas básicas dos CRIPs? Primeiro que nem deveriam estar sendo entregues pelos CRIPs, com toda essa relação de quem entrega esses insumos. Segundo, todos os critérios foram elaborados justamente para excluir o máximo possível dessa demanda acumulada. Quem conhece a realidade das famílias sabe que, muitas vezes, uma cesta básica não dá conta para um mês inteiro, que é necessário ter duas, três cestas básicas para a mesma família. A gente também fez a discussão desses critérios excludentes, enquanto vereadores, do Programa Municipal de Transferência de Renda, que foi aprovado por esta Casa, que eles não iriam atingir esse público que está recebendo auxílio emergencial, alguns estão recebendo o Bolsa Família, mas com a acirrada crise econômica na nossa cidade, estão necessitando de uma política de alimentação e que hoje estão fora. Se não fossem essas nossas redes de acolhimento e de solidariedade, estaríamos com muitas pessoas na nossa cidade passando fome, além daquelas que já estão e a gente não consegue nem alcançar com as nossas redes filantrópicas por fora. Então, uso o Grande Expediente para trazer essas denúncias, nada que não tenha sido levantado em outras sessões e em outras falas dos vereadores, o problema de acessar dados, de acessar a transparência, de conseguir canalizar os recursos para aquilo que é prioridade do povo. A gente sempre coloca que recurso tem, mas as opções do governo Marchezan, ao longo de toda a sua gestão, dando milhões de recursos públicos para a publicidade, não é uma especificidade agora na pandemia, é um jeito de governar autoritário, com desrespeito à Câmara de Vereadores, que não dialoga com setores da nossa sociedade; não é de agora, isso é uma característica desde o início da gestão, só que no momento de pandemia a gente percebe como essa característica interfere numa boa gestão e numa boa elaboração de políticas para a nossa cidade. Então, estamos reféns de um reizinho e é importante, sim – apesar de a gente muitas vezes não ter uma previsão de como vamos conseguir nos movimentar num marco de oposição a esse governo –, a gente seguir denunciando e seguir dialogando com as nossas comunidades, com esses trabalhadores que estão tendo os seus direitos prejudicados nessa pandemia. Como é que a gente dá uma resposta política para toda essa indignação e insatisfação que muitas vezes recai sobre nós, vereadores, e eu acho que a nossa função justamente é conseguir dar voz a todas essas pessoas que estão tendo os seus direitos lesados. Então, neste Grande Expediente, era mais ou menos isso o que eu queria trazer para vocês. Obrigada pelo espaço.

(Não revisado pela oradora.)

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Quero parabenizar a Ver.^a Lourdes Sprenger e dizer que a gente fez um acordo e estou muito feliz que ela assuma. Tenho certeza de que ela vai representar muito bem a Procuradoria da Mulher. Ela pode contar comigo no que precisar.

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Ver. Ramiro Rosário por ceder o tempo. Também queria dizer que tenho muita saudade do dia a dia com os vereadores, a gente passou um bom tempo trabalhando juntos, é uma satisfação rever todos. Que pena que seja neste momento que estamos vivendo e com o calor das eleições chegando, só que eu não poderia deixar de fazer alguns registros. O registro importante de que nós vamos continuar defendendo o que achamos correto, defendendo o governo Marchezan, que ele mesmo disse que pode ter erros, acertos, principalmente num momento de pandemia. Mas eu acho injusto que alguns colegas tenham dito que agora, apenas, no apagar das luzes, foram essas as expressões, que surgiu a questão da iluminação pública. Eu me lembro muito bem que isso foi motivo de debate na Câmara quando eu ainda estava dividindo a liderança do governo com o Ver. Mauro Pinheiro. Inclusive lamento que alguns vereadores tenham subido à tribuna – o Ver. Ramiro estava como secretário ainda e talvez não tenha testemunhado isso – para dizer que esse leilão histórico que houve em São Paulo já tinha cartas marcadas, que tinha empresas que iriam vencer. Mais tarde, após um leilão, como se isso fosse possível, a empresa que teria sido vencedora numa... os termos na tribuna foram de levantar uma suspeita de alguma ilegalidade e não se comprovou, pelo contrário, parece que ficou em última colocada ou foi desclassificada. Eu não vi esses vereadores subirem à tribuna para pedir desculpa ou dizer que estavam enganados ou que a informação estava errada. Discurso político a gente entende. Não concordo quando falam dos relógios pelos mesmos motivos. A gente discutiu essa questão, houve uma comissão na Casa sobre a importância do mobiliário urbano. Surpreendeu a todos, inclusive à própria gestão, esse processo de ter vindo uma empresa tão grande depois de tantos anos sem termos os relógios que vão auxiliar no cercamento eletrônico, na questão do resgate da nossa cidade. Também falta dizer que somente agora, no apagar das luzes, que a questão histórica das placas de ruas está resolvida, não, dentro desse escopo que os vereadores, que todos nós participamos de comissões e tal. Então, eu queria fazer o registro... Eu entendo que, no processo eleitoral, e vou tomar um cuidado muito grande de não me manifestar sobre a questão da minha opinião acerca da admissibilidade do processo de *impeachment*, que eu estou aguardando, como muitas pessoas, o trabalho que vem sendo feito na comissão. Quero me manifestar publicamente após ver esse relatório, porque a gente sabe, eu ouvi aqui e é por isso que estou pedindo para falar, quero rebater – termos como somos contra a utilização do recurso do Fundo Municipal da saúde para isso, desculpe, Ver. Cláudio Janta, nós votamos essa matéria, isso é indiscutível. Pode ser que as pessoas não tenham tido tempo de ler, mas nós votamos, entende? Então, quero parabenizar inclusive a quem, não sendo da base do governo, se manifestou dizendo que tecnicamente não há ilegalidade nisso, porque nós votamos dessa forma, nós autorizamos o gestor do Município, dentro desse orçamento, à utilização disso, inclusive com recursos maiores do que o utilizado. Então, existem várias coisas que falam, falam da Carris, alguns

colegas falaram... eu não gostaria de estar usando esses minutos para isso, mas eu não posso ficar calado, participando sem fazer esse registro respeitoso. Eu entendo que os partidos vão fazer disputas, um partido que se preza deseja estar no controle, no poder, quer fazer a disputa eleitoral, mas eu não posso ficar calado ouvindo algumas coisas que, para mim, são injustiças, porque não é de agora, ao apagar das luzes. Isso tem sido um processo, todos vocês sabem que eu sempre tive os meus posicionamentos em defesa deste governo, não é agora.

Quero, também, desejar uma pronta recuperação ao Ver. João Carlos Nedel, que retornará da sua licença na semana que vem.

Eu, mesmo neste momento, não poderia ficar calado, porque vocês sabem que, nesses últimos anos, tive subidas e descidas na tribuna para fazer a defesa do que tem sido feito na cidade. Vou repetir o que eu tenho dito: o prefeito Nelson Marchezan enfrentou reformas que dependeram de nós e foram aprovadas por nós, vereadores, pela grande maioria inclusive, e que proporcionaram que esses feitos pudessem estar sendo realizados. Ao invés de omitir toda essa história, dizer que é ao apagar das luzes, que a gente tenha consciência de que nós conseguimos ajudar, dentro desse processo, e tirar a cidade da situação fiscal em que estava, para que essas coisas pudessem acontecer. Queria reforçar que isso não é para o partido que está atualmente, não é para o prefeito que está atualmente, são coisas que ficarão na cidade. Não poderia, entendam, por tudo o que vocês conhecem, deixar de falar, porque estou presente na reunião. E me honra muito estar aqui com a sexta cadeira da coligação da eleição passada, honrando os mais de 4.600 eleitores que confiaram na gente para estar aqui nesta sessão honrosa, presidida pelo grande amigo que é o Ver. Paulo Brum, que foi, inclusive, meu primeiro líder, ainda na juventude, pois trabalhávamos na eleição. Obrigado, que a gente tenha um bom final de semana. Obrigado mesmo por esta oportunidade de estar com vocês aqui sempre aprendendo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde a todos, estamos no mês de agosto, tradicionalmente chamado de “agosto lilás”, para fazer uma comemoração à tão conhecida Lei Maria da Penha, que foi criada justamente para homenagear uma mulher de luta que sofreu maus-tratos por 23 anos e, numa tentativa de assassinato, ficou paraplégica. Estou assumindo esse cargo, certamente a Ver.^a Cláudia vai estar comigo para algumas ações. Nós não temos ainda uma infraestrutura, o que se deveria ter, mas vamos tentar com os assessores do meu gabinete elaborar algumas questões e dar encaminhamento a todas demandas que chegarem, de acordo com o nosso Regimento, art. 86, que dá as nossas atribuições na Procuradoria da Mulher.

Eu gostaria de registrar para quem está nos ouvindo as cinco formas de violência contra a mulher. Não é demonizar o homem, mas são formas que estão conceituadas e que são divulgadas: as violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Não é só o espancamento, são várias outras ações que são enquadradas como crime de maus-tratos. Nós temos proximidade com a Delegacia da Mulher e com outros órgãos e, aliando-nos a Cláudia, vamos fazer o trabalho que for necessário, inclusive, para a conscientização e orientação àquelas que nos procurarem. É com satisfação que assumo esse cargo e, por ser mulher, para tentar fazer um pouco mais.

Gostaria também de falar da minha causa, que teve um passo muito importante em nível nacional. Ele pode estar apenas de papel neste momento, como nós chamamos as leis que não são seguidas. O Presidente Bolsonaro havia prometido um órgão para tratar de políticas públicas para a área animal, e ele publicou ontem, dia 11, o Decreto nº 10.455, inserido na estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, no qual ocorreram outras alterações – inclusive incluindo a Amazônia –, novas atribuições, novas orientações para essa área, as quais eu não conhecia em outra legislação. A nossa área animal foi contemplada e se incluíram a defesa e a proteção animal, focadas mais na grande população que há de cães e gatos. Ao longo dos anos, não tivemos e não temos um gestor que tenha tido a preocupação de minimizar esses problemas com ações públicas neste caso.

Não é a primeira vez, em nível nacional, que se tem esse destaque. Nós tivemos um projeto de lei, em 2003, do deputado Affonso Camargo, que foi deputado e senador, que tramitou. Ele faleceu e quem acabou desarquivando esse projeto, vamos dizer assim, foi o Ricardo Tripoli, que hoje não é mais deputado, mas é secretário do meio ambiente de São Paulo. Mas o que tinha este Projeto nº 1.376? Ele era de controle populacional. Por que ele tramitou em tantas comissões, retornou e pediram vista tantas vezes? Porque o recurso era oriundo da Seguridade Social, e assim não era entendido, mas ninguém criou um fundo para solucionar. Em 2017, foi feita uma articulação gaúcha, e o Presidente Temer sancionou a Lei nº 13.426, porém não tem o recurso. Esperamos que agora, com essa nova inclusão no Ministério do Meio Ambiente, tenhamos a nossa vez de ter um fundo de recursos para os estados repassarem para os municípios, pois, afinal de contas, os animais geram emprego e renda, tanto nas fábricas de ração, nos laboratórios, também nos de medicamentos humanos, na área de estética, na área de utensílios, na área de clínicas veterinárias, como também em prédios que geram os seus impostos que são recolhidos pelos municípios. Então, não tem nada de mais se tiver um fundo, se tiver mais recursos para nós atendermos essa causa para a qual há um clamor daquelas pessoas que não podem pagar e precisam de atendimento, e tudo é muito dispendioso. Ter hoje um animal de estimação é dispendioso, imagina para quem atua na área de animais na periferia, que resgata mais de um animal e que sobrevive de doações. Nem todo mundo está disponível, principalmente neste período, para fazer doações àquelas pessoas da ponta, àquelas pessoas que resgatam e atendem ao animal, ou às ONGs, embora nós tenhamos conseguido, através do programa Nota Fiscal Gaúcha, incluir as ONGs. Também, conseguimos, através da nossa emenda ontem publicada no DOPA, incluir essa modalidade, mas também estendemos mais,

estendemos não só para os animais, como também para as áreas cultural, de esportes e comunitária. Nós achamos justo, nós, que somos vereadores, que andamos pela cidade, incluir essas novas modalidades na Lei Orçamentária. Dito isso, sinto-me contemplada, porque nós também havíamos solicitado esta pauta através de São Paulo, Curitiba, nós aqui, para que o governo que entrou, seja de que partido for, desse essa atenção a nós, que estamos há 20 anos, no mínimo, lutando para mudanças. Quero dizer que São Paulo criou mais um hospital veterinário, e nós temos aqui um prédio, embora para nós seja distante, e temos essa crítica de ter feito um hospital veterinário com recursos de empresários, que está com 30% da capacidade durante três anos de governo. Agora parece que foi feito um edital na segunda-feira, mas sem uso, e enquanto isso, quantos animais procriaram? Isso é muito rápido. Quantos animais estão sendo deixados de atender? Vários que não têm atendimento, cada um se cotiza um pouco para atender aquilo que falta no nosso Município, que já não estava contemplando um percentual satisfatório e decaiu muito mais, haja vista a falta de censos. Tivemos vários problemas com os animais na Vila Nazaré, depois com o DNIT, ali na Ilha dos Marinheiros, perto da ponte, se tivéssemos censo, isso que a gente fez reunião para isso, nós teríamos mais recursos, teríamos atendido mais. Mas não é só pegar o animal e atender, tem que ter todo um contexto, de onde vai ser alojado, como vai ser tratado. A gente fica muito triste de ver, e não é nada pessoal, apenas falhas na gestão de controle populacional, não poderia ser incluído na secretaria que é mais de animais silvestres, mas tem mais os licenciamentos. Então fizemos essa crítica construtiva de dizer que deveria ter mudado, não mudou, agora não há mais tempo. Sobre os animais era isso.

Quero também reforçar a minha posição, pois votei a favor da admissibilidade do *impeachment*, porque eu entendo, sim, que aprovamos um orçamento municipal, mas nós não executamos, quem executa é o Município, e ele que tem que seguir o que deve ser orientado de acordo com as normas. É um ano eleitoral e todo o cuidado é pouco para não utilizar as verbas numa interpretação que não seja aquela adequada ao uso dos recursos públicos. Então dizer que se aprovou o orçamento não significa dizer que demos aval para gastar um recurso que não seja naquela rubrica, que se interprete diretamente para aquela despesa. Nesse sentido, aprovamos essa admissibilidade, que está sendo avaliada. Vamos ver os argumentos dos nossos três vereadores, vai vir a plenário esse relatório, e certamente, de nossa parte, aqui na bancada do MDB, nós votaremos com isenção, nós votaremos de acordo com o que vier nas conclusões deste relatório desta comissão e sem problema pessoal algum, será analisado o que for de acordo com a lei. Não autorizei nada mais do que um orçamento aprovado que faz parte dos trâmites: vem para a Câmara, se aprova orçamento para as despesas que constam ali. Mas estamos em ano eleitoral, e todo o cuidado é pouco. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigada, Ver.^a Lourdes. Vamos aguardar o Presidente Paulo Brum. (Pausa.) O Presidente Reginaldo Pujol está se conectando conosco.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Sei que esta nossa sessão está em vias de se encerrar e queria aproveitar esta oportunidade para ressaltar a grande integração da Mesa Diretora dos trabalhos da Casa, especialmente pela ação dos seus dois Vice-Presidentes, Ver. Paulo Brum, que presidiu toda sessão no dia de hoje; e Ver.^a Lourdes Sprenger, que agora, na última inscrição do dia, demonstrando a persistência com que ela se encontra à disposição da Câmara de Vereadores, e demais companheiros, e lamentar tão somente a situação do nosso primeiro secretário, que, lutando contra essa epidemia que tomou conta do mundo inteiro, o coronavírus, entrou em licença, o que o permite ficar em casa nestes dias nesta reunião institucional, na medida em que há poucos dias estivemos juntos numa noite especial, num programa de grande audiência da Rádio Guaíba e que ele foi um dos integrantes, juntamente com a Lourdes. Então, neste dia em que a minha participação foi mínima, e tive que enfrentar alguns assuntos muito desagradáveis no dia de hoje, quero dizer que fico satisfeito em saber que a Gisele está conosco aí, numa bela manifestação, e o Ver. Valter Nagelstein foi atendido numa solicitação antiga, e que o Paulo Brum demonstrou a certeza e especialmente consagrou minha convicção quando montei a nominata de companheiros que comporiam comigo a direção da Casa neste período, a disposição de indicar o Paulo para ser o Vice-Presidente, o que me tranquilizou bastante, Lourdes, nós três somos oriundos da Companhia Estadual de Energia Elétrica, uma bela coincidência, convivemos não muito tempo, coisa que ocorreu em várias legislaturas da Casa, inclusive no meu período na Assembleia Legislativa do Estado, cada vez se confirma mais as qualidades pessoais, a quem gostaria de agradecer por sempre me socorrer de forma muito objetiva e demonstrando que nós somos uma equipe qualificada e que não há ninguém que não possa ser substituído. Hoje foi o Paulo, amanhã será a Lourdes, outro dia, quando o Nedel estiver recuperado, pode ser ele também, mas a Casa continua trabalhando com a mesma intensidade que trabalhou no dia de hoje, e trabalhará na próxima segunda-feira, esta mesma Casa que durante todo o chamado recesso parlamentar de inverno esteve reunida sempre que chamada, aprovando, discutindo, deliberando, às vezes rejeitando projetos, mas sempre pautando pela ação e nunca pela omissão. Então ao Paulo Brum e a todos os meus companheiros de diretoria, a homenagem deste Presidente faltoso que hoje não pode estar todo dia. Agradeço ao Paulo e a todos os demais integrantes da Casa. Devolvo ao Paulo a possibilidade de encerrar a sessão que ele com tanto brilho conduziu até agora.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Temos uma inscrição na Pauta ainda, Sr. Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): De qualquer maneira o Paulo deve conduzir a nossa reunião até o término. O que pretendia dizer já tive oportunidade de dizer agora.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0024/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 006/20, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que altera para Praça José Duarte Marques a denominação do logradouro denominado Praça Jurema Francisca Dutra Rodrigues, localizado no Bairro Jardim Carvalho. **(SEI 036.00002/2020-25)**

PROC. Nº 0027/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 008/20, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua Nobuko Kiriyama o logradouro não cadastrado conhecido como Acesso K – Super Quadra Três – Terceira Unidade Vicinal Vila Nova Restinga, localizado no Bairro Restinga. **(SEI 034.00018/2020-30)**

PROC. Nº 0047/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 015/20, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que denomina Rua Miguel Valdomiro Scalabrin o logradouro cadastrado conhecido como Rua Oito Mil, Oitocentos e Vinte e Oito, localizado no Bairro Restinga. **(SEI 049.00013/2020-01)**

PROC. Nº 0055/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 018/20, de autoria do Ver. Adeli Sell, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à senhora Silvana Krause. **(SEI 022.00031/2020-09)**

PROC. Nº 0079/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 034/20, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao monsenhor Urbano Zilles. **(SEI 033.00011/2020-19)**

PROC. Nº 0200/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 080/20, de autoria do Ver. Adeli Sell, que inclui a efeméride Dia do Bará do Mercado Público no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 13 de junho. **(SEI 022.00114/2020-90)**

PROC. Nº 0208/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 081/20, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui a efeméride Semana de Combate ao Vítigo no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que incluir o dia 25 de junho. (SEI 034.00061/2020-03)

PROC. Nº 0261/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 103/20, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Fecomércio o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Setecentos e Oito, localizado no Bairro Anchieta. (SEI 033.00017/2020-96)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0228/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 011/20, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Municipal, institui a Corregedoria-Geral do Município (CGMuni) e a Ouvidora-Geral do Município (OGM), vinculadas a Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria (SMTTC), modifica o inc. VIII do art. 4º da Lei Complementar nº 810, de 4 de janeiro de 2017, e dá outras providências. (SEI 118.00118/2020-63)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Boa tarde ao público que nos assiste através da TVCâmara ou das redes sociais, vereadores e vereadoras; realmente, a Ver.^a Lourdes já falou, outros vereadores já falaram, vereadores que votaram pela admissão da investigação do processo falaram, e volto a dizer: esta Câmara de Vereadores votou para que se usassem recursos em publicidade na área da saúde, recursos de ações de serviços públicos voltados à saúde. Nós não votamos para publicidade institucional usando os recursos da saúde, não votamos isso, nós não votamos para que, no mês de dezembro, no dia 30 de dezembro, fosse creditado na conta da Morya Sul, uma agência de publicidade cujo publicitário da campanha do prefeito é sócio, R\$ 1,959 milhão para essa empresa fazer três anúncios, no jornal Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Valor Econômicos, com o título: “As reformas que o Brasil precisa Porto Alegre já fez”. Não foi para isso que nós votamos, não foi para serem usados milhões em propaganda institucional da Prefeitura. O recurso que foi votado, da saúde, era para fazer campanhas de vacinação, de preservação, para investir na remodelagem de informações, dentro das UBSs, das UPAs, foi para isso que foi votado o recurso. O recurso não foi votado para se fazer as campanhas que foram feitas, campanhas institucionais do Município, campanhas fora do Estado. A nossa Lei Orgânica é bem clara, só podem ser feitas campanhas fora do Estado, do Município, para promoção do turismo, se for para a promoção do nosso Acampamento Farroupilha, da orla do Guaíba, das atividades que acontecem na cidade de Porto Alegre. O governo

não pode fazer campanha institucional fora do município de Porto Alegre – está na Lei Orgânica! E não pode usar um dinheiro que é rubricado por esta Câmara de Vereadores para ações de serviços públicos na área de saúde. É nisso que esta rubrica do dinheiro, o dinheiro não foi para publicidade institucional do governo, o dinheiro não foi para isso, o dinheiro não foi disponibilizado para o governo fazer a sua propaganda fora da cidade Porto Alegre, o dinheiro não foi disponibilizado para o governo fazer a sua propaganda. Isso tudo foi gasto em dezembro, a maior parte desse dinheiro foi gasto em dezembro, e o que foi gasto agora não foi com campanhas na área de saúde, não foi feita uma conscientização das pessoas na área da saúde, não se viu um *outdoor* na cidade de Porto Alegre dizendo da necessidade do uso de máscara, ou do uso de álcool gel, da lavagem das mãos, da troca, ou de botar a roupa no sol, nada disso foi feito, nem das pessoas se cuidarem, não foi dito para ninguém por que as escolas estão fechadas, não foi dito para ninguém por que os salões de beleza não podem abrir, não foi feita uma campanha institucional da saúde para preservar a saúde; foi feita uma promoção pública bancada com dinheiro público pela agência Morya Sul, agência, que fez a campanha, a propaganda, em que um dos seus donos fez a campanha do prefeito – e já estão contratados, já tem publicidade, já saiu em tudo quanto é lugar que estão contratados para fazer a campanha da reeleição do prefeito. Então, é isso que nós estamos discutindo, nós estamos discutindo, nós estamos vendo, nos apoderando dessas denúncias feitas pelo povo de Porto Alegre, por terem sido tirados recursos da saúde para o prefeito fazer propaganda de coisas, sendo que muitas nem foram aprovadas por esta Casa, muitas foram rejeitadas nesta Casa, e o prefeito diz que são as reformas que o Brasil precisa, que se iniciaram aqui por Porto Alegre. O que nós precisamos é de uma cidade pacificada, o que nós precisamos é de uma cidade que compreenda que as pessoas precisam empreender. O prefeito perdeu a grande chance de ser um dos grandes gestores do Estado do Rio Grande do Sul se assumisse o seu papel, como já deveria ter assumido com a Câmara de Vereadores lá atrás, ter um conselho realmente para discutir a questão da pandemia, que envolvesse a Câmara de Vereadores, que envolvesse de fato a sociedade civil, não somente os que dizem amém, mas os que podem propor alguma coisa. Se o prefeito sentasse com os prefeitos da Região Metropolitana e propusesse... Agora já falei e falo novamente: não adianta a cidade de Porto Alegre ter restrições no seu comércio, nas suas atividades, e as demais cidades da Região Metropolitana, algumas, abrindo até cinema e casas noturnas. Nós não vivemos em uma redoma, nós não vivemos isolados do mundo, nós vivemos em uma cidade que é aberta, que é o coração, que é a capital de todos os gaúchos, então, nós temos que discutir com todas essas cidades as questões de isolamento do Covid-19. Não adianta penalizar por seis meses a população de Porto Alegre, não adianta penalizar por seis meses os empreendedores de Porto Alegre, não adianta jogar mais de 220 mil empregos no lixo, que é o que está acontecendo, as pessoas não conseguem se recolocar no mercado de trabalho porque não existe mercado de trabalho. Então, essas são as questões que nós levantamos, as questões que nós queremos debater assim como a questão que a Câmara aprovou realmente, um valor no orçamento de saúde para ações de publicidades da saúde. Publicidades, muitas vezes, são palestras, conscientizações, informações, volto a

dizer, nas Unidades Básicas de Saúde, nos prontos atendimentos, informações para a população – o que não ocorreu com a chegada do inverno, o que não ocorreu com a chegada do verão, com as vacinações de gripe, com nenhuma política de prevenção ao câncer de mama, de colo do útero, e por aí fora. Então, é isso que nós estamos dizendo, que esse dinheiro foi aprovado pela Câmara de Vereadores exclusivamente para serem feitas políticas para serviços de saúde, e não publicidade institucional. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB): Cumprido o estabelecido para sessão de hoje, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h48min.)

* * * * *